

Auditoria Compartilha - Edição nº 010/2019

Normativos, Informativos, Capacitações e Julgados publicados em Outubro

NORMATIVOS INTERNOS

Portarias

REMANEJAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA, CAMPUS TOBIAS BARRETO.

[Portaria nº 3312, de 21 de Outubro de 2019](#)

Remanejar a FG-04 da Coordenadoria de Manutenção e Transportes - CMT, Campus Tobias Barreto para a Coordenadoria de Planejamento - COPLAN, Campus Tobias Barreto

ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA, CAMPUS PROPRIÁ.

[Portaria nº 3316, de 22 de Outubro de 2019](#)

Atribuir o código FG-04 à função da Coordenadoria de Manutenção do Campus Propriá.

INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/GAI ARACAJU Nº 01/2019, NORMAS PARA A UTILIZAÇÃO DA REPROGRAFIA DO IFS.

[Portaria nº 3323, de 21 de Outubro de 2019](#)

Aprovar a Instrução Normativa DG/GAI nº 01/2019, que estabelece normas para a utilização da Reprografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/Campus Aracaju.

DESIGNAÇÃO DE LOCAL DE EXERCÍCIO DOS SERVIDORES DA DTI.

[Portaria nº 3381, de 24 de Outubro de 2019](#)

Designar o local de exercício dos servidores para desenvolverem suas atividades laborais nas unidades de exercício da

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CAMPUS LAGARTO

[Portaria nº 3115, de 01 de Outubro de 2019](#)

Ajustar a Estrutura Organizacional do Campus Lagarto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

NOVA INSTRUÇÃO NORMATIVA SOBRE LICENÇA-CAPACITAÇÃO NO ÂMBITO DO IFS

[Portaria nº 3159, de 04 de Outubro de 2019](#)

Aprovar a Instrução Normativa PROGEP nº 01/2019, a qual tem por objetivo regulamentar a concessão de licença para capacitação no âmbito do Instituto Federal de Sergipe – IFS.

EXTINÇÃO/ CRIAÇÃO DE COORDENADORIA, CAMPUS ARACAJU.

[Portaria nº 3218, de 09 de Outubro de 2019](#)

Extinguir a Coordenadoria do PROEJA(FG-2) e criar a Coordenadoria do Curso Técnico Integrado em Desenho de Construção Civil(FCC).

MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE REGISTROS ESCOLARES

[Portaria nº 3225, de 11 de Outubro de 2019](#)

[Portaria nº 3298, de 18 de outubro de 2019 \(retificadora\).](#)

Aprovar o Manual de Procedimentos de Registros Escolares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.

Diretoria de Tecnologia da Informação
- DTI do IFS.

DESIGNAÇÃO DA FUNÇÃO DE AUDITOR CHEFE

[Portaria nº 3402, de 29 de Outubro de 2019](#)

Designar servidor para a função de Chefe da Auditoria Interna- AUDINT/REITORIA/IFS, código FG-01.

DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO DE OUVIDOR DO IFS.

[Portaria nº 3427, de 30 de Outubro de 2019](#)

Designar servidor para o encargo de responsável pela Ouvidoria da Reitoria - OUV/Reitoria.

NOMEAÇÃO DE ENCARGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DO IFS.

[Portaria nº 3300, de 18 de Outubro de 2019](#)

Designar servidor encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do Instituto Federal de Sergipe (IFS).

APROVAÇÃO DE INSTRUÇÃO NORMATIVA: AFASTAMENTO POR MOTIVOS DE SAÚDE

[Portaria nº 3310, de 18 de Outubro de 2019](#)

Aprovar a Instrução Normativa PROGEP nº 02/2019, que dispõe sobre os procedimentos relacionados aos afastamentos por motivo de saúde dos servidores do Instituto Federal de Sergipe (IFS).

SUBSISTEMA INTEGRADO DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - SIASS-IFS

[Portaria nº 3263, de 15 de Outubro de 2019](#)

Criar a unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor do Instituto Federal de Sergipe - SIASS-IFS, subordinada à Chefia de Gabinete da Reitoria.

DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA SIASS-IFS

[Portaria nº 3264, de 15 de Outubro de 2019](#)

Designar servidora para o encargo de responsável pela a unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor do Instituto Federal de Sergipe - SIASS-IFS.

VINCULAÇÃO DO PROGRAMA BEM-ESTAR A SIASS-IFS

[Portaria nº 3265, de 15 de Outubro de 2019](#)

Vincular o Programa Bem-Me-Quer à unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor do Instituto Federal de Sergipe - SIASS-IFS.

ATUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS COMUNS À GRADUAÇÃO

[Portaria nº 3270, de 16 de Outubro de 2019](#)

Aprovar a Atualização do Quadro de Disciplinas Comuns aos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS.

Conselho Superior

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO INTEGRADO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL CAMPUS LAGARTO.

[Resolução nº 18/2019/CS/IFS](#)

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso técnico de nível médio em Automação Industrial, na forma integrada, do Campus Lagarto do IFS.

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS

GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO EM CURSO OU CONCURSO

[Resolução nº 22/2019/CS/IFS](#)

Aprova a alteração do Regulamento para Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, aprovado pela Resolução nº 15/2014/CS/IFS.

ALTERAÇÕES NO REGULAMENTO DE ORIENTAÇÃO DIDÁTICA DO IFS

[Resolução nº 19/2019/CS/IFS](#)

Aprova o Regimento Interno da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e Arquivos – COPAD/IFS.

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS

[Resolução nº 20/2019/CS/IFS](#)

Altera os arts. 3º e 6º da Resolução 44/2015/CS/IFS, que aprovou a criação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e Arquivos - COPAD/IFS.

REGULAMENTO DA EMPRESAS JUNIORES DO IFS

[Resolução nº 21/2019/CS/IFS](#)

Dispõe sobre o Regulamento das Empresas Juniores no âmbito do Instituto Federal de Sergipe.

[Resolução nº 23/2019/CS/IFS](#)

Altera o art. 39, item d, da Resolução 35/2016/CS/IFS, que aprovou a reformulação do Regulamento de Orientação Didática - ROD/IFS.

REGULAMENTO LOCAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)

[Resolução nº 24/2019/CS/IFS](#)

Aprova o Regulamento Local do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) em Rede Nacional, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

Comitê de Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PLANO DE DADOS ABERTOS 2019-2021

[Resolução nº 03/2019/CGTIC/IFS](#)

Aprova o Plano de Dados Abertos (PDA) para o biênio 2019-2021, do Instituto Federal de Sergipe.

PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO PDTIC 2014-2019

[Resolução nº 04/2019/CGTIC/IFS](#)

Prorroga o período de vigência do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do IFS interstício 2014 -2019.

Colégio de Dirigentes

MANUAL DE ROTINAS E PROCEDIMENTOS DAS CRE'S

[Resolução nº 04/2019/CD/IFS](#)

Aprova o Manual de Rotinas e Procedimentos da Coordenadoria de Registro Escolar (CRE) do Instituto Federal de Sergipe (IFS).

NORMAS PARA USO DA REPROGRAFIA DO CAMPUS ARACAJU

[Resolução nº 05/2019/CD/IFS](#)

Aprova a minuta da Instrução Normativa DG/GAI Nº 01/2019 que estabelece normas para utilização da Reprografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/Campus Aracaju.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SOBRE LICENÇA SAÚDE DOS SERVIDORES DO IFS

[Resolução nº 06/2019/CD/IFS](#)

Aprova a minuta da Instrução Normativa PROGEP nº 01/2019 que dispõe sobre os procedimentos relacionados aos afastamentos por motivo de saúde dos servidores do Instituto Federal de Sergipe (IFS).

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS e PLATAFORMA +BRASIL.

[DECRETO Nº 10.035, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019.](#)

Institui a Plataforma +Brasil no âmbito da administração pública federal.

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL.

[ACÓRDÃO Nº 9789/2019 – TCU – 1ª Câmara.](#)

1.7.1. dar ciência (...), com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, sobre a seguinte impropriedade/falha, (...), devendo ser adotadas medidas internas, com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

1.7.1.1. não concessão de publicidade ao novo edital ou às suas alterações, inclusive nos casos em que haja diminuição de exigências, (...), representando afronta ao princípio da publicidade.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS.

[PORTARIA MCTIC Nº 5.258, DE 4 DE OUTUBRO DE 2019.](#)

Regulamenta a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNDP, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e dá outras providências.

FLEXIBILIZAÇÃO DE JORNADA.

[ACÓRDÃO Nº 9028/2019 – TCU – 2ª Câmara.](#)

c) dar ciência (...) de que a falta de divulgação da escala nominal dos servidores que trabalham em regime de flexibilização de jornada de trabalho, constando dias e horários dos seus expedientes, contrariou os incisos II e III do art. 3º da Lei 12.527/2017, bem como contrariou o § 2º do art. 3º do Decreto 1.590/1995;

SERVIÇOS COMUNS e PREGÃO.

[ACÓRDÃO Nº 8678/2019 – TCU – 2ª Câmara.](#)

9.7. determinar que (...) abstenham-se de incorrer nas seguintes irregularidades:
9.7.1. emprego inadequado da modalidade concorrência para as contratações de serviços comuns, a exemplo de serviços de limpeza, conservação e portaria (...) em desacordo com a jurisprudência do TCU, devendo ser adotada, preferencialmente, o pregão nesses casos, por conferir maior competitividade, economia, celeridade e transparência nas contratações, em

GOVERNANÇA e INFORMAÇÕES SOCIAIS.

[DECRETO Nº 10.047, DE 9 DE OUTUBRO DE 2019.](#)

Dispõe sobre a governança do Cadastro Nacional de Informações Sociais e institui o programa Observatório de Previdência e Informações, no âmbito do Cadastro Nacional de Informações Sociais.

REGIME JURÍDICO ÚNICO e ADICIONAL NOTURNO.

[ACÓRDÃO Nº 2243/2019 – TCU – Plenário.](#)

9.1. conhecer da consulta, com fulcro nos artigos 264, inciso VI, §§ 1º e 2º e 265 do Regimento Interno do TCU;

9.2. nos termos do art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/1992, responder ao consulente que:

9.2.1. a hora noturna correspondente a 52 minutos e 30 segundos, no período compreendido entre 22h de um dia e 5h do dia seguinte, deve ser considerada tão somente para fins de cálculo do adicional noturno, não repercutindo na jornada de trabalho, a teor do disposto no caput do art. 75 da Lei 8.112/1990;

TRABALHO TEMPORÁRIO.

[DECRETO Nº 10.060, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019.](#)

Regulamenta a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário.

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

[PORTARIA Nº 562, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019.](#)

Institui grupo de trabalho com o objetivo de promover estudos destinados à implantação de órgão ou entidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos servidores públicos civis da União.

CONDOMÍNIO CORPORATIVO e RATEIO DE DESPESAS.

[PORTARIA ME Nº 4.951, DE 7 DE OUTUBRO DE 2019.](#) Dispõe sobre procedimentos para o rateio de despesas em razão da utilização compartilhada de edifícios públicos e privados sob gestão do Ministério da Economia.

PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO e ALIENAÇÃO.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SPU/ME Nº 205,](#)

respeito aos princípios da eficiência, da legalidade e da busca da proposta mais vantajosa para a administração pública (v.g. Acórdãos 1.392/2013 e 2.990/2010, do Plenário, e Acórdão 5.613/2012, da 1ª Câmara);

[DE 18 DE OUTUBRO DE 2019](#). Estabelece as diretrizes e procedimentos utilizados na alienação por venda de imóveis da União, na forma do disposto nas Leis nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015.

INFORMATIVOS

Notícias

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL.

[Exposição de Motivos Interministerial nº 290, de 27 de setembro de 2019](#). Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo federal, referente ao período de maio a agosto de 2019.

COMPRAS PÚBLICAS e CARTELIZAÇÃO.

[Descartelizando: Uso de Machine Learning e Estatística para Detecção de Índícios de Cartel em Processos Licitatórios](#).

NOVO DECRETO DO PREGÃO

ELETRÔNICO. [Comunicado importante a Estados e Municípios \(Novo Decreto do Pregão Eletrônico\)](#).

GOVERNANÇA. [Análise bibliométrica sobre a temática: public management and governance a partir da plataforma Web of Science](#).

COMPRAS PÚBLICAS. [Compras públicas no Brasil: vertentes de inovação, avanços e dificuldades no período recente](#).

COMPRAS PÚBLICAS e CONSEQUENCIALISMO. [A lei como instrumento de controle, lacunas em licitações e contratos e suas consequência](#).

LICITAÇÕES e CRIMES. [Jurisprudência em Teses trata de crimes da Lei de Licitações](#).

EXAME TOXICOLÓGICO. [NOTA TÉCNICA SEI No 32/2019/CGSQT/DEREB/SGP/SEDGG-ME](#) – Consulta acerca da legalidade do pagamento de exame toxicológico por parte da Administração. Impossibilidade por falta de previsão legal.

CONTROLE EXTERNO e PROTEÇÃO AO DENUNCIANTE. [A Lei 13.866 e o sigilo das denúncias no âmbito do Tribunal de Contas da União](#).

REGISTRO DE PREÇOS e ASSINATURA ELETRÔNICA. [Assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços](#).

SERVIÇO ASSOCIADO. [Prestação de serviço associado na nova Lei de Licitações](#).

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.

[Planilha de apoio ao processo de planejamento de contratações](#)
Disponibilização de planilha de apoio ao processo de planejamento de contratações com base no rito previsto pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 desenvolvida pelo professor e pesquisador em logística pública Nilo Cruz Neto, AFFC da CGU/MA.

Segundo o autor da planilha, embora inicialmente elaborada para fins didáticos, alguns agentes de compras têm obtido sucesso ao adotá-la e adaptá-la à realidade dos seus órgãos.

COTAÇÃO ELETRÔNICA. [COMUNICADO IMPORTANTE Cotação Eletrônica](#).

VALORES LIMITE. [Atualização dos valores limites de 2019 para a contratação de serviços de limpeza e conservação e de vigilância](#).

GESTÃO DE PESSOAS. [Enap Entrevista “Como hackear a burocracia? A gestão de pessoas a serviço da inovação”](#).

Artigos

GESTÃO DE RISCOS. [Gestão de riscos e pensamento científico.](#)

MOTIVAÇÃO. [Consequentes de motivação do serviço público: proposição de um framework de análise em organizações públicas brasileiras.](#)

GOVERNANÇA e CONTROLE INTERNO. [Governança e controladoria no setor público: uma análise do governo e da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais.](#)

COMPRAS PÚBLICAS e CENTRALIZAÇÃO. [O ponto de convergência entre os Serviços Compartilhados e as Compras compartilhadas: o caso Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.](#)

SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS e SERVIÇOS PÚBLICOS. [Avaliação de satisfação dos usuários dos serviços públicos: análise aplicada aos mecanismos de avaliação dos serviços prestados nas unidades de atendimento integrado do estado de Minas Gerais.](#)

PROCESSO ADMINISTRATIVO e LICITAÇÕES. [Cabe recurso de representação de decisão que denegou recurso hierárquico contra ato que aplicou a suspensão do direito de licitar e contratar?](#)

INOVAÇÃO. [Inovação no setor público brasileiro: uma análise a partir da perspectiva da lógica institucional.](#)

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. [Orientações sobre PIS e COFINS em contratações de prestação de serviços, com dedicação exclusiva de mão de obra.](#)

COMBATE À CORRUPÇÃO. [Políticas públicas de controle da corrupção e da lavagem de dinheiro no Brasil: Um panorama institucional.](#)

PERIÓDICOS. [Revista da CGU, v. 11, n. 20 \(2019\).](#)

Atos

INFORMATIVO DO TCU.
[Informativo de Licitações e Contratos nº 377.](#)
[Informativo de Licitações e Contratos nº 378.](#)

INFORMATIVO DO STJ.
[Informativo de Jurisprudência nº 655.](#)
[Informativo de Jurisprudência nº 656.](#)
[Informativo de Jurisprudência nº 657.](#)

BOLETIM DO TCU.
[Boletim de Jurisprudência nº 282.](#)
[Boletim de Jurisprudência nº 283.](#)
[Boletim de Jurisprudência nº 284.](#)
[Boletim de Jurisprudência nº 285](#)
[Boletim de Pessoal nº 72.](#)

GOVERNANÇA.
[Enap Entrevista Principais Desafios da Governança no Setor Público com o Ministro Augusto Nardes, do TCU.](#)

CAPACITAÇÃO

INTEGRIDADE e CAPACITAÇÃO. [Integridade pública é tema de novo curso.](#)

NOVO DECRETO DO PREGÃO ELETRÔNICO e CAPACITAÇÃO.

Está disponível no Canal da Enap no YouTube uma playlist especial com as aulas sobre o Novo Decreto do Pregão Eletrônico, que passou a vigorar na segunda-feira (28/10). Assista: https://bit.ly/curso_novo_decreto.

TRANSMISSÃO DE CAPACITAÇÕES SOBRE O NOVO DECRETO DO PREGAÇÃO ELETRÔNICO

A Secretaria de Gestão do Ministério da Economia em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), disponibiliza um calendário de capacitações sobre o [Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019](#), que regulamenta o pregão eletrônico para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica.

A carga horária será de 7h com a emissão de certificados ao final do evento. Importante ressaltar que além apresentar os motivadores para a edição desse novo Decreto, a capacitação abordará as inovações do novo regulamento, principais aspectos procedimentais e a operacionalização do novo sistema de pregão eletrônico.

As matrículas poderão ser realizadas diretamente no site da Enap, <https://suap.enap.gov.br/portal/>

Segue abaixo o Calendário de capacitações:

Calendário de Capacitação – Novo Pregão Eletrônico

Data	Sala	Norma	Horário	Sistema
12/11/19	Nexus			
19/11/19	Inovatio			
26/11/19	Inovatio	8h30 – 12h		14h – 17h30
02/12/19	Inovatio			
10/12/19	Inovatio			

Caso não seja possível participar do curso presencial, informamos que as capacitações serão transmitidas ao vivo pelo link: <http://assiste.enap.gov.br>. Para acompanhar o curso via internet, não é necessário realizar inscrição. Nesta modalidade, não serão emitidos certificados de participação.

Cursos à distância ofertados pela [ENAP](#), [ESAF](#), [ILB](#) e [Instituto Serzedello Corrêa](#) com inscrições abertas.

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	CARGA HORÁRI A
Auditoria e Controle	Fiscalização de Projetos e Obras de Engenharia (ENAP)	40h
	Controle Social (ENAP)	20h
	Controles Institucional e Social dos Gastos Públicos (ENAP)	30h
	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo (ENAP)	20h
	Auditoria Baseada em Risco - Etapas I e II - Parte Teórica (ISC-TCU)	50h
Dados, Informação e Conhecimento	Gestão da Informação e Documentação - Conceitos Básicos em Gestão Documental (ENAP)	20h
	Noções Gerais de Direitos Autorais (ENAP)	10h

Desenvolvimento Gerencial	Gestão de Consultas e Normas Gescon – RPPS (ENAP)	40h
	Gestão Pessoal – Base da Liderança (ENAP)	50h
Educação e Docência	Desenho de Cursos: Introdução ao Modelo ADDIE (ENAP)	20h
	Formação de facilitadores de aprendizagem (ENAP)	40h
	Noções Básicas para Coordenar Cursos On-line (ENAP)	20h
	Um Por Todos e Todos por Um - Pela Ética e Cidadania (ENAP)	40h
Ética e Cidadania	Ética e Serviço Público (ENAP)	20h
	Introdução à Libras (ENAP)	60h
Gestão de Pessoas	e-Social para Órgãos Públicos – RPPS (ENAP)	20h
	A Previdência Social dos Servidores Públicos: Regime Próprio e Regime de Previdência (ENAP)	30h
	Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira (ENAP)	20h
	Provas no Processo Administrativo Disciplinar (ENAP)	20h
	SIAPE Cadastro (ENAP)	40h
	SIAPE Folha (ENAP)	40h
	Preparação para Aposentadoria – Caminhos	40h
	Introdução ao Sistema SIGEPE – AFD (ENAP)	40h
	Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira	20h
	FUNPRESP – A Previdência Complementar do Servidor Público Federal (ENAP)	40h
	Preparação para Aposentadoria – Caminhos (ENAP)	40h
	Desenvolvimento de equipes (ILB)	10h
Gestão Estratégica	Gestão da Estratégia com BSC - Fundamentos (ENAP)	20h
	Introdução à Gestão de Processos (ENAP)	20h
	Introdução à Gestão de Projetos (ENAP)	20h
	Planejamento Estratégico para Organizações Públicas (ENAP)	40h
	Elaboração do Plano Plurianual 2020-2023 (ENAP)	20h
	Gestão de Riscos no Setor Público (ENAP)	

Governança e Gestão de Riscos		20h
	Gestão em Ouvidoria (ENAP)	20h
	Resolução de Conflitos Aplicada ao Contexto das Ouvidorias (ENAP)	20h
	Tratamento de Denúncias em Ouvidoria (ENAP)	20h
	Mapeamento de Processos de Trabalho com BPMN e Bizagi (ISC-TCU).	12h
Governo Digital e Transparência	Defesa do Usuário e Simplificação (ENAP)	20h
	Sistema Eletrônico de Informações – SEI! USAR (ENAP)	20h
	Governo Aberto (ENAP)	40h
	Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais (ENAP)	10h
	Acesso à Informação (ENAP)	20h
	Elaboração de Dados de Planos Abertos (ENAP)	20h
Inovação	Criatividade e Novas Tecnologias no Serviço Público (ENAP)	10h
	Ações Inovadoras da CGU (ENAP)	20h
Logística e Compras Públicas	Curso Básico de Licitações - Enfrentando (e vencendo) tabus (ENAP). (novo)	60h
	Formação de Pregoeiros (ENAP)	20h
	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (ENAP)	40h
	Logística de Suprimentos - Lei nº 8.666/93, Pregão e Registro de Preços (ENAP)	30h
	Noções Introdutórias de Licitação e Contratos Administrativos (ENAP).	30h
	Regras e Fundamentos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) (ENAP)	30h
	Obras Públicas de Edificação e de Saneamento - Módulo Planejamento (ISC-TCU).	40h
	Legislação básica em licitações, pregão e registro de preços (ISC-TCU)	30h
	Sustentabilidade na Administração Pública (ISC-TCU).	-
	Licitações Sustentáveis (ISC-TCU).	28h
	Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público (ILB).	35h
	Contratações Públicas (ILB).	60h

Orçamento e Finanças	Básico em Orçamento Público (ENAP)	30h
	Introdução ao Orçamento Público (ENAP)	40h
	Principais Aspectos das Mudanças da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (ENAP)	30h
	Gestão Orçamentária e Financeira (ISC-TCU)	20h
	16ª Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas	-
	Educação Fiscal - Orçamento e Coesão Social (ENAP)	40h
Tecnologia da Informação	eMAG Conteudista (ENAP)	20h
	eMAG Desenvolvedor (ENAP)	30h
	Introdução à Interoperabilidade (ENAP)	20h
	Mundo Conectado: Manual de Sobrevivência (ISC-TCU)	10h

JULGADOS

Controle e Governança

PRESTAÇÃO DE CONTAS.

[ACÓRDÃO Nº 10253/2019 – TCU – 2ª Câmara.](#)

1.8.2. dar ciência (...) com fundamento no art. 7º da Resolução/TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades detectadas durante o exercício de 2017, a fim de que sejam adotadas medidas de correção e prevenção à ocorrência de outras semelhantes: (...)

1.8.2.3. morosidade na análise de prestação de contas de entidades convenientes, em desacordo com a legislação que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira (art. 31 da Instrução Normativa STN 01/1997, art. 60 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 127/2008, art. 76 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011 e art. 64 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 424/2016) – itens 64/8 da instrução;

Gestão de Pessoas

REGIME JURÍDICO ÚNICO e ADICIONAL NOTURNO.

[ACÓRDÃO Nº 2243/2019 – TCU – Plenário.](#)

9.1. conhecer da consulta, com fulcro nos artigos 264, inciso VI, §§ 1º e 2º e 265 do Regimento Interno do TCU;

9.2. nos termos do art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/1992, responder ao consulente que:

9.2.1. a hora noturna correspondente a 52 minutos e 30 segundos, no período compreendido entre 22h de um dia e 5h do dia seguinte, deve ser considerada tão somente para fins de cálculo do adicional noturno, não repercutindo na jornada de trabalho, a teor do disposto no caput do art. 75 da Lei 8.112/1990;

SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES.

[ACÓRDÃO Nº 10253/2019 – TCU – 2ª Câmara.](#)

1.8.2. dar ciência (...) com fundamento no art. 7º da Resolução/TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades detectadas durante o exercício de 2017, a fim de que sejam adotadas medidas de correção e prevenção à ocorrência de outras semelhantes: (...)

1.8.2.2. não observância ao princípio da segregação de funções, uma vez que ocorreu o acúmulo de atribuições por servidores responsáveis por atividades de conformidade de gestão e conformidade contábil, contrariando o art. 8º, incisos I, V e VII e §1º, do Decreto 6.976/2009, o subitem 3.9.1 da Macrofunção Siafi 02.03.14 – Conformidade de Registro de Gestão e o art. 11, inciso III, alínea “b”, da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU 01/2016 (...);

FLEXIBILIZAÇÃO DE JORNADA.

[ACÓRDÃO Nº 9028/2019 – TCU – 2ª Câmara.](#)

c) dar ciência (...) de que a falta de divulgação da escala nominal dos servidores que trabalham em regime de flexibilização de jornada de trabalho, constando dias e horários dos seus expedientes, contrariou os incisos II e III do art. 3º da Lei 12.527/2017, bem como contrariou o § 2º do art. 3º do Decreto 1.590/1995;

Licitações e Contratos

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL.

[ACÓRDÃO Nº 9789/2019 – TCU – 1ª Câmara.](#)

1.7.1. dar ciência (...), com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, sobre a seguinte impropriedade/falha, (...), devendo ser adotadas medidas internas, com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

1.7.1.1. não concessão de publicidade ao novo edital ou às suas alterações, inclusive nos casos em que haja diminuição de exigências, (...), representando afronta ao princípio da publicidade.

LICITAÇÕES EXCLUSIVAS e PESQUISA DE PREÇOS.

[ACÓRDÃO Nº 9989/2019 – TCU – 2ª Câmara.](#)

1.7.1. Dar ciência (...), com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades/falhas identificadas, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

1.7.1.1. não previsão de exclusividade às microempresas e empresas de pequeno porte, em desacordo com o disposto no art. 48, inciso I, da LC 123/2006, (...);

1.7.1.2. não consideração, injustificável, na planilha de pesquisa de mercado, de todos os fornecedores que apresentaram cotação (...), em desarmonia com os Acórdãos 895/2015-TCU-Plenário e 2.249/2014-TCU-Plenário;

ADMINISTRAÇÃO LOCAL e JOGO DE CRONOGRAMA.

[ACÓRDÃO Nº 2407/2019 – TCU – Plenário.](#)

b) dar ciência (...) sobre as seguintes impropriedades (...) com vista a evitar a ocorrência de outras semelhantes (...):

b.3) (...) o critério de medição dos itens de administração local estabelecido pelo edital (vinculado à unidade “mês”) pode resultar em pagamentos à contratada de forma desassociada à evolução físico-financeira das obras civis; o que configuraria prejuízo ao equilíbrio econômico da contratação; motivo pelo qual se faz necessário constar no edital de certame cláusula que estipule a proporcionalidade do pagamento de itens da administração local à execução global do empreendimento, nos moldes determinados pelo item 9.3.2.2 do Acórdão 2.622/2013-TCU-Plenário.

SERVIÇOS COMUNS e PREGÃO.

[ACÓRDÃO Nº 8678/2019 – TCU – 2ª Câmara.](#)

9.7. determinar que (...) abstenham-se de incorrer nas seguintes irregularidades:

9.7.1. emprego inadequado da modalidade concorrência para as contratações de serviços comuns, a exemplo de serviços de limpeza, conservação e portaria (...) em desacordo com a jurisprudência do TCU, devendo ser adotada, preferencialmente, o pregão nesses casos, por

conferir maior competitividade, economia, celeridade e transparência nas contratações, em respeito aos princípios da eficiência, da legalidade e da busca da proposta mais vantajosa para a administração pública (v.g. Acórdãos 1.392/2013 e 2.990/2010, do Plenário, e Acórdão 5.613/2012, da 1ª Câmara);

Fontes:

[IFS](#)

[Ementário de Gestão Pública - EGP](#)

[Escola Virtual de Governo - EVG](#)

[Escola de Administração Fazendária - ESAF](#)

Unidade de Auditoria Interna do IFS

"Aqui se faz controle preventivo!"



This email was sent to [*|EMAIL|*](#)
[why did I get this?](#) [unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)
[*|LIST:ADDRESSLINE|*](#)

[*|REWARDS|*](#)